



COMISSÃO TRILATERAL. ORIGEM E DESENVOLVIMENTO. IDEOLOGIA E ECONOMIA.

Influência no atual processo econômico argentino

Alfredo Antonio Ortiz

Extraído de monografia produzida pelo Autor, como exigência curricular para obtenção de diploma do Curso de Comando e Estado-Maior do Exército.

A necessidade de exercer e manter o poder tem-se manifestado através dos tempos, de forma variada.

Atualmente, o equilíbrio militar, resultante do risco de um holocausto nuclear, abre caminho a uma nova forma de dominação, através da ciência e tecnologia.

O presente trabalho estuda a "Comissão Trilateral", criada por David Rockefeller, a fim de aglutinar a ação dos três principais centros de poder tecnológico: Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão.

Com ele, o Autor pretende descortinar os verdadeiros fins dessa organização supranacional que, com propósitos filantrópicos declarados de cooperação internacional, reúne importantes políticos, intelectuais, empresários e sindicalistas, bem como responder as seguintes indagações:

- quais as causas de sua origem e desenvolvimento?*
- representa ela um verdadeiro reordenamento de poder mundial?*
- qual a sua influência para o futuro dos países em desenvolvimento?*

INTRODUÇÃO

Com o início da Segunda Guerra Mundial, já se começou a pensar no futuro ordenamento do poder mundial. Sem sombra de dúvida, não seria possível continuar com a antiga estrutura imperial inglesa.

A Carta Atlântica (14 Ago 41) é particularmente eloquente, ao assinalar as incríveis mudanças que deveriam ser operadas na redistribuição do poder, uma vez finalizada a guerra.

A Declaração das Nações Unidas (02 Jan 42), a Declaração do Cairo (Nov 43), bem como a Declaração de Teerã (Dez 43), foram marcando as bases sobre as quais se apoiam as ações futuras, tais como a "rendição incondicional" ou a "invasão através do Canal da Mancha".

O Novo Mundo de pós-guerra ficara, porém, consolidado na Conferência e Acordo de Yalta (Fev 45) e na Declaração de Potsdam (Ago 45), que assinaram as "linhas-mestras" resultantes da redistribuição de poder.

Entre esses dois últimos acontecimentos é realizada a Conferência de São Francisco (Abr 45), que institucionaliza a nova ordem mundial, com o surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU) como o mais alto organismo internacional.

Nessa mesma oportunidade foram assentadas, em Bretton Woods, as bases econômicas

que apoiam a nova ordem política, surgindo, em consequência, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT).

Logo após a queda de Berlim, a URSS não se desmobilizou e manteve a sua atitude ofensiva, não cumprindo, tampouco, nem a letra nem o espírito dos tratados que determinavam a divisão mundial. O Exército Vermelho dominou politicamente os espaços europeus ocupados, alcançou o "Heartland" de Mackinder e avançou até à "Ilha Mundial".

Os Estados Unidos, no entanto, se desmobilizaram, ao impulso de sua filosofia política, adotando uma atitude estratégica defensiva.

A possibilidade de cooperação estável ante a agressiva expansão soviética, transforma-se numa cega confrontação de blocos. A motivação da luta passará novamente pelo meridiano ideológico. A hipocrisia irreconciliável impregna esses anos, durante os quais se está, em várias oportunidades, à beira da terceira guerra mundial.

O conflito Este-Oeste se aguça e aparecem as dissidências dentro dos mesmos blocos (De Gaulle - Tito e os Não-Aliados).

A coalizão de interesses que se manteve por trás da maciça guerra psicológica, que caracterizou a situação de guerra fria, impulsionou primeiro o sistema até à coexistência pacífica e, posteriormente, até à disten-

são. A possibilidade do holocausto total garantirá a subsistência estável do equilíbrio nuclear.

A necessária coexistência volta a replantar a necessidade da cooperação estável entre as superpotências, estimulada agora pela aparição dos "Não-Aliados" (Conferências de Colombo e Bandung) que assinalam a presença de uma pretendida autonomia, ainda não competitiva, que o reducionismo geográfico cita como Terceiro Mundo (Ásia, África e América do Sul) e o reducionismo econômico e cultural menciona como subdesenvolvidos. É dentro desse novo âmbito que aparecem organismos como a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Os "pobres" do hemisfério Sul, dependentes das sociedades desenvolvidas do Norte, sob os pontos de vista político, econômico, comercial, financeiro e tecnológico, irão adquirir consciência de seu próprio poder, devido à propriedade dos recursos naturais, imprescindíveis ao funcionamento do sofisticado aparato de produção do mundo desenvolvido, a partir da decisão solidária e autônoma de fazer uso dessa força.

O conflito Norte-Sul vai relegando o conflito Este-Oeste e a Comissão Trilateral aparece como uma estratégia, materializada para concretizar a necessidade de uma cooperação estável que proteja os interesses do Norte e sua macroestrutura de poder econômico-financeiro.

ORIGEM E DESENVOLVIMENTO

A idéia de que homens influentes, de diversas nacionalidades, e/ou de grupos econômicos e políticos com interesses eventualmente em conflito, se reúnem para influir na solução de problemas que afetam à humanidade, não é coisa dos últimos anos. Sempre existiram Grupos de Trabalho, Institutos, Fundações etc., cujo objetivo primordial é juntar esforços na tarefa de resolver os problemas que, encarados conjuntamente, podem ter maior possibilidade de êxito do que se fossem levados a cabo de forma separada. Campos como o da desnutrição humana em países subdesenvolvidos, desenvolvimento agropecuário e saúde, entre outros, têm sido objeto de estudo de várias organizações.

Um dos últimos empreendimentos de David Rockefeller a Comissão Trilateral (CT), organismo formado por políticos, intelectuais, empresários e sindicalistas dos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão, parecia perseguir aquele espírito de cooperação internacional. No entanto, como se verá a seguir, a CT se diferencia daqueles organismos em dois aspectos fundamentais.

Em primeiro lugar, não se trata de uma Fundação a serviço de um campo específico, como poderia ser a investigação agropecuária ou industrial, onde os resultados são amplamente divulgados para benefício do

país receptor ou para a humanidade plenamente. A Comissão aborda problemas econômicos e políticos que fazem a competição pelos mercados do Ocidente, tanto de produtos como de matérias-primas e da provável abertura econômico-financeira com os países do Este. Melhor dizendo, a "unidade experimental" não é uma planta ou um animal, mas sim a estrutura socio-econômica de um país ou de um grupo de países.

Em segundo lugar, as recomendações emanadas de seus estudos devem ser levadas à prática, motivo pelo qual pode suscitar sérios problemas aos governos dos países que constituem a CT (e a outros também), devido ao poder que desenvolveram as multinacionais representadas na Comissão. Dessa forma, a CT não pode ser vista como um centro puramente acadêmico. Em suma, deve ser avaliada como um centro de poder empresarial, a nível internacional, que conta com um excelente apoio de técnicos, polílogos e políticos profissionais de alto nível.

A CT foi, praticamente, lançada em junho de 1972, quando David Rockefeller convocou, em sua residência (New York 15), personalidades internacionais, como Yoshiro Inayama, Presidente da Nippon Steel, e Akio Morita que, na época, possuía 90% das ações da Sony. Da Europa, compareceu Gianni Agnelli, da Fiat, e Rothschild e Schnoeder, da Alemanha. Ainda Raymond Barre, da França,

além de vários norte-americanos como Michael Blumenthal, Cyrus Vance, Zbigniew Brzezinski e Walter Mondale.

É sabido que, nessa reunião inaugural, Rockefeller se mostrou preocupado pela falta de entendimento e colaboração entre as três zonas mais industrializadas do mundo. Tal preocupação ficou plasmada em três objetivos básicos declarados pela CT:

- promover tarefas em conjunto entre personalidades das três áreas geográficas mencionadas;
- estabelecer soluções para os problemas comuns;
- despertar o interesse público nos temas desenvolvidos pela CT, tratando de conseguir que os governos os tomem em consideração.

A CT se reúne cada nove meses, alternando suas sedes e conta com três presidentes, um por cada área geográfica. Nenhum de seus membros ingressa por decisão própria; deve ser formalmente convidado a aceitá-la. A título de exemplo, basta assinalar que a incorporação de Jimmy Carter à Trilateral foi a culminância de um processo iniciado por Dean Rusk ante a comissão, a fim de que fosse dada maior representatividade ao sul dos Estados Unidos. Foi o mesmo Rockefeller quem entrevistou dois candidatos sulistas, não só para alcançar essa maior representatividade, como também, pode-se dizer, para avaliar a capacidade potencial

de cada candidato para uma futura presidência dos Estados Unidos. Os dois entrevistados foram Reuben Askew, da Flórida, e Jimmy Carter, da Georgia. Finalmente, optou-se para apoiar e lançar a candidatura do último.

Os estudiosos da CT consideram que seus membros pertencem ao setor liberal do espectro político norte-americano, sendo um dos requisitos mais exigentes à formalização desse convite possuírem uma concepção política ampla, evitando qualquer tipo de sectarismo. Logicamente, a condição *sine qua non* é o reconhecimento da realidade trilateral do equilíbrio do poder atual, por parte do candidato.

Embora atribuindo-se a Rockefeller o lançamento da CT, deve-se reconhecer que na primavera de 1972, Michael Blumenthal formulou um plano concreto na reunião do Clube Bilderberg, para que uma organização não governamental propiciasse a coordenação do mundo industrializado em planos a longo prazo.

As idéias fundamentais da CT, porém, podem ser encontradas no livro de Zbigniew Brzezinski *Between Two Ages*, traduzido para o espanhol sob o título *La Era Tecnológica*, publicado em princípios da década de setenta. Esse cientista político-americano, especialista em temas soviéticos, foi apontado como o mentor da política internacional da Administração Carter. Mais nada, costuma-se

afirmar que os caminhos seguidos pelo governo norte-americano, a partir de 1976, são baseados naquelas idéias, especialmente no que diz respeito à aproximação Este-Oeste. Entretanto, deve-se ter presente que a política dos Estados Unidos em princípio da última década, foi tratar de conseguir uma aproximação maior do eixo Washington-Pequim-Moscou. E, em toda esta nova política, teve muito que ver Henry Kissinger. Assim, seria um tanto difícil poder separar nitidamente as idéias originais de Brzezinski com o acionar concreto da dupla Nixon-Kissinger, embora reconhecendo que o ascenso do Japão, como sócio ativo do Ocidente, deveu-se à administração Carter. O que se deduz é que, a partir de 1976, com o governo de Carter, a CT consegue várias posições-chave nessa administração, como: Walter Mondale, C. Vance, Z. Brzezinski, Andrew Young, Harold Brown e Michael Blumenthal, entre outros. Não quer isso dizer que o governo norte-americano foi trilateralista nessa época, mas que deve ter tido grande influência na composição da Comissão.

Uma das características mais evidentes da CT é refletida nas próprias palavras de Kissinger, quando disse: "as conclusões dos peritos da Trilateral não se prendem somente a hipótese de trabalho, mas se aplicam imediatamente a melhorar a realidade. Seus membros têm o poder necessário para executar essas iniciativas, sem freios

burocráticos ou políticos".

A CT não pode ser tomada como a única Organização paralela a um governo formalmente constituído. Como antecedente mais próximo, tem-se o Clube Bilderberg, fundado em 1954, que agrupava grandes financistas internacionais, os quais realizavam reuniões secretas sobre o estado da economia mundial. Seu principal objetivo era conseguir uma aproximação maior entre a Europa e os Estados Unidos. Entre seus membros se encontravam o Príncipe Bernardo, da Holanda, e David Rockefeller. Este Clube sofre um forte desrespeito com o "affaire" do Príncipe Bernardo, embora Rockefeller tenha transferido seu esforço pessoal para a Trilateral, a partir de 1973. Por outro lado, a Comissão deseja realizar, e efetivamente o faz, suas reuniões de maneira pública, expressando suas idéias em várias publicações, destacando-se, entre estas, a Revista *Triologue*.

Outra organização importante, de nacionalidade norte-americana, é o *Council on Foreign Affairs*, criado em 1919 e constituída por advogados, banqueiros, economistas etc. Este conselho é tomado como a base de lançamento de políticos norte-americanos, a fim de obter algum tipo de prestígio nos centros de poder desse país. São em torno de 700 sócios, residentes na área de New York e outros 700 não residentes. Ingrassa-se, também, unicamente por

convite, e não são aceitos estrangeiros.

A organização mais próxima da Trilateral, porém, é o *Instituto Atlântico para Assuntos Internacionais*, criado em 1961, com a finalidade de atuar como braço político da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), embora posteriormente tenha se convertido em um centro de investigação das políticas seguidas por países altamente desenvolvidos, como os Estados Unidos, Europa, Japão e Austrália.

Torna-se bastante difícil precisar a diferença entre esse Instituto e a CT, a ponto de os membros dessa última pensarem seriamente na possibilidade de a CT integrar-se definitivamente ao referido Instituto. Na realidade, a temática abordada por ambas as organizações não diferem muito entre si. No que diz respeito ao número de integrantes, embora o Instituto conte com cerca de 85 membros, a CT possui em torno de 300.

O aparecimento da CT não deve ser considerado a partir do livro de Brzezinski, pois o que este faz é simplesmente coletar permuta de fundos nas relações político-institucionais do pós-guerra, que necessariamente seriam dadas, especialmente em relação ao Este-Oeste.

Ainda que seja paradoxal que as duas potências militares que dispõem do maior arsenal de armas nucleares não resolvam seus conflitos de interesses, o próprio caráter dissuasivo do equilíbrio em relação ao po-

derio nuclear deu origem a que o Este e o Oeste se vissem forçados a uma "coexistência pacífica" e que o terreno que um deseja conquistar do outro seja conseguido por meio de estratégias indiretas a longo prazo.

Paralelamente a esse desenvolvimento nuclear dos dois blocos, o mundo ocidental, principalmente, foi experimentando outra revolução não menos importante para a humanidade, qual seja o alto nível tecnológico da eletrônica, entre outros ramos industriais. O mundo industrial computarizado, bem como o desenvolvimento de novos produtos de consumo maciço, vem acompanhado de plantas fabris de alta capacidade, com a consequente diminuição em seus custos por unidades produzida. As economias de escala são consideráveis, porém, obviamente, a fim de que essas plantas funcionem eficientemente, necessitamos de *mercados de certa magnitude*, tanto em seu poder aquisitivo *per capita*, como na grandeza de sua população. Ao mesmo tempo, essas empresas não somente foram espalhando seus produtos, como também foram se integrando a outras empresas fabricantes de outros títulos, formando assim grandes *empórios industriais financeiros*. Os mercados nacionais ficaram assim, repentinamente, reduzidos, em relação aos níveis de eficiência e produção e, consequentemente, as empresas foram impulsionadas à busca de novos mercados em outros países.

A crise dos mísseis em Cuba (1962) leva os dois blocos a compreenderem que uma guerra nuclear seria um suicídio coletivo. A coexistência pacífica, forçada pelo relativo equilíbrio nuclear, de maneira alguma implica num desenvolvimento econômico idêntico para ambas as partes. Fatos concretos mostraram que a União Soviética e seus países aliados não prosperaram, conforme aconteceu com o bloco ocidental, incluindo o Japão. Não se trata somente de um simples fato para o mundo livre, mas sim uma preocupação, às vezes não manifesta, dos países comunistas. Esses países se encontram em uma fase de real interesse, a fim de conquistar, para suas comunidades, uma melhora substancial em seus padrões de vida. É precisamente nesse campo que o Ocidente tem mostrado grandes conquistas, devido ao boom tecnológico mencionado anteriormente, do qual os soviéticos não participam. Além do mais, necessitam de capital financeiro para a incorporação dessa tecnologia que também lhes falta. Ao contrário, os Estados Unidos e o restante do mundo desenvolvido o possuem, constituindo-se em uma fonte segura de financiamento a longo prazo.

Em 1959, porém, a separação da China do poder monopólio soviético do mundo comunista introduz um elemento político de particular relevância. A China começava agora a querer se aproximar dos Estados Unidos, para aderir à tecnologia, e este

país também o desejava em função do que significava o mercado potencial, devido à importância estratégica no equilíbrio do poder mundial que revestia as fendas do mundo comunista. Dessa forma, os Estados Unidos desejavam vender armas à China, com a intenção de conquistar uma "nova ordem" internacional, aproveitando a dependência tecnológica e financeira do bloco comunista, agora dividido com a América do Norte e seus sócios. Por esse motivo, alguns estudiosos das relações internacionais sustentam que a União Soviética ficou relegada a potência nuclear, por certo extremamente importante, mas dependente do mundo ocidental nos campos financeiro, econômico e tecnológico.

No que se refere à China, essa nova concepção da ordem internacional permitiu que os Estados Unidos vissem com beneplácito a paz chino-japonesa, por vários motivos: Primeiro, porque o aumento do poder tecnológico, que se poderia experimentar na China, redundaria num maior intercâmbio comercial com os centros financeiros do Ocidente, motivando assim maior dependência dos chineses para com aquele bloco. Em segundo lugar, porque o desenvolvimento chinês abriria, também, com uma política ajustada, as portas ao Japão para a venda de seus produtos, aliviando, de certa forma, o peso que esse país significaria para a indústria norte-americana, no que se refe-

ria a seus próprios mercados internos. Assim sendo, o Japão encontraria outros mercados mais afins à sua idiosyncrasia e esqueceria, em parte, o mercado norte-americano, muito solicitado pelos seus próprios habitantes.

A nova ordem, porém, não poderia se restringir às relações Este-Oeste, posto que, em início da década de setenta, a crise do petróleo sacode o mundo industrial e consegue ressaltar a importância estratégica das matérias-primas, provindas em sua maioria do chamado Terceiro Mundo. É assim que começa a se destacar não somente a relação Este-Oeste, como também a Norte-Sul. No Norte estão situadas as potências industriais, tanto capitalistas como comunistas, embora no Sul se situem os países em desenvolvimento, produtores de matérias-primas.

Assim, a ação combinada que preocupara Rockefeller quando lançou a Comissão Trilateral, em junho de 1972, não só é interpretada como o acionar conjunto das potências industrializadas, no que se refere à competição pelos mercados do Este, mas também como a ação conjunta desenvolvida nos mercados abastecedores de matérias-primas. Essa ação conjunta com a Europa, e especialmente com o Japão, é atribuída à ênfase dada por Rockefeller, no sentido de que este último país visse com receio a aproximação dos Estados Unidos com a China, seu histórico inimigo, e que, por esse motivo, não pode-

ria ser deixada de lado. Tudo isso destacava o excelente nível tecnológico alcançado pelos japoneses, que se constituía em um fato irrefutável. Com essa atitude, Rockefeller referendava as idéias de Brzezinski.

IDEOLOGIA E ECONOMIA

As idéias fundamentais que sustentam a Comissão Trilateral podem ser apreciadas no último capítulo do livro de Brzezinski, quando aborda o tema da ação mancomunada de nações desenvolvidas: "um esforço mais amplo destinado a frear a tendência global ao caos deve consolidar as mudanças imediatas e necessárias. Para reagir eficazmente ante a crise cada vez mais grave que ameaça de várias maneiras o mundo desenvolvido e o Terceiro Mundo, terá que formar, eventualmente, uma comunidade de nações desenvolvidas. As constantes divisões entre os países desenvolvidos e, sobretudo, aquelas que se baseiam em conceitos ideológicos obsoletos, anularão os esforços que desenvolvem os estados em forma individual para ajudar o Terceiro Mundo. No mundo desenvolvido poderão contribuir até o ressurgimento do nacionalismo". Mais adiante agrega: "do ponto de vista norte-americano, as mudanças mais importantes e promissoras dos próximos anos deverão se materializar na Europa Ocidental e Japão".

Sua concepção em matéria de penetração ideológica e econômica nos países do Este, basta-se numa ação conjunta com a Europa e Japão, mas nunca através do clássico isolamento norte-americano, seguido por este país nas décadas anteriores a de setenta. Segundo ele, nessas três zonas é concentrada a vanguarda da inovação científica e tecnológica. Por outro lado, segundo esse politólogo, os nacionalismos retrocederão ante o fato consumado da cooperação, posto que as idéias autárquicas da era industrial cederão ante a revolução tecnológica. Quando estruturas industriais incipientes foram, de certa forma, prejudicadas, como na Itália, segundo Brzezinski, estimulou-se a capacidade criadora.

O Japão, para Brzezinski, chegou muito rapidamente a um sistema de vida democrático à maneira ocidental. Por esse motivo não o vê como solidamente consolidado e chama a atenção sobre as consequências nefastas para equilibrar politicamente o Pacífico, inclusive para os interesses dos Estados Unidos, da União Soviética e da China, pelo recrudescimento do nacionalismo japonês. Em consequência, o Japão deve ser imediatamente integrado politicamente ao Ocidente e colocado em situação de igualdade nas decisões sobre matéria econômica.

As etapas que Brzezinski imagina para chegar a essa nova ordem são duas: "a primeira

delas implicaria na criação de vínculos comunitários entre os Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão, bem como outros países mais adiantados (por exemplo: Austrália, Israel e México). A segunda etapa implicaria no prolongamento dos vínculos entre os países comunistas mais avançados. É provável que alguns – por exemplo Iugoslávia ou Romênia – se aproximem da cooperação internacional mais rapidamente que outros, não sendo imprescindível, portanto, que as duas etapas estejam claramente delimitadas".

É importante destacar que, na concepção de Brzezinski, as áreas política e militar dessas três zonas pertencentes à CT irão à retaguarda das questões econômicas, científicas e tecnológicas. Com efeito, nos documentos sobre a CT, se tem sempre a impressão de que as questões econômicas e técnicas estão acima dos objetivos políticos das comunidades. Essa atitude, por certo, não deixa de preocupar a políticos e democratas, não só no Terceiro Mundo como dentro do próprio Estados Unidos, como, por exemplo, cita Barry Goldwater, em fevereiro de 1978: "uma de suas finalidades (referindo-se à Trilateral) é transformar o Mundo, não à maneira dos Estados Unidos, mas da forma que eles, em sã consciência, crêem que deveriam ter".

A União Soviética, segundo Brzezinski, terá forçosamente que cooperar para um melhor

entendimento internacional, pois, do contrário, correrá o risco de seus países satélites doeste europeu se afastarem cada vez mais de sua órbita, atraídos pelo desenvolvimento do Ocidente. Em suas próprias palavras: "Em 1986, o PNB combinado dos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão oscilará em torno de oito trilhões de dólares, ou seja, quatro vezes mais que o PNB previsto para a União Soviética (supondo que esta tenha uma taxa favorável de desenvolvimento). A medida que alguns estados da Europa Ocidental se inclinam gradualmente para uma cooperação maior com o Mercado Comum Europeu (MCE) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OECD), a União Soviética só poderá abster-se pagando um preço oneroso, em prejuízo de seu próprio desenvolvimento e de sua posição mundial..."

Um dos documentos mais importantes elaborados pela CT é o Informe Nº 8, intitulado "A crise da democracia". A Comissão considera que o Sistema deve se apoiar na democracia como forma organizacional de vida, mas estima que as democracias ocidentais tendem a se converter em ingovernáveis. Sobre esse aspecto, basta assinalar os seguintes parágrafos: "O funcionamento efetivo do sistema político democrático requer, habitualmente, uma certa apatia por parte dos indivíduos ou grupos não participantes. Anteriormente, cada sociedade

democrática possuía uma população marginal mais ou menos importante, numericamente, que não participava ativamente da vida política. Essa marginalização é antidemocrática por si própria, porém foi um dos fatores que permitiu à democracia funcionar normalmente.

"No curso dos últimos anos, o funcionamento da democracia parece ter provocado, indubitablemente, um afundamento dos meios tradicionais de controle social, uma deslegitimização da autoridade política e uma sobre-carga de exigências ao governo, que excedem sua capacidade de satisfazê-las." A Trilateral teme "o perigo que representa a mesma dinâmica interna da democracia, em uma sociedade altamente escolarizada, mobilizada e participante".

A escassa simpatia que a CT sente pelos Organismos Internacionais é refletida na opinião de outro ilustre trilateralista, como o Prof. Richard N. Gardner que, em abril de 1974, declarou, em Foreign Affairs, que "em lugar de criar instituições ambiciosas e centralizadas, como no final da última guerra (ONU - Organização das Nações Unidas e UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) mais vale um processo descentralizado, pragmático, uma ação de ordem dispersiva, criando organismos de especialização limitada, com responsáveis escolhidos para tratar caso por caso". "Desse modo, conseguiremos pôr fim às soberanias

nacionais, corroendo-as pedaço por pedaço."

No plano econômico, os trilaterais discutem os grandes problemas da atualidade como, por exemplo, a situação e perspectiva do consumo e fontes de energia, inflação, balanços de pagamentos, produção de matérias-primas etc. Todos esses tópicos são discutidos anualmente pelos presidentes das principais potências industriais do Ocidente, os quais coincidem com os desejos de cooperação internacional proposta insistentemente pela CT.

O tema energético, porém, é o que mais tem tomado a atenção dos economistas da CT. Em 1974, foram publicados dois trabalhos sobre a situação energética mundial, onde se recomendava um maior relacionamento dos países desenvolvidos com as fontes petrolíferas, e o Estudo nº 18 chama a atenção sobre a necessidade de planificar o uso dos recursos energéticos, sob pena de cair num caos catastrófico a curto prazo.

Ao mesmo tempo, porém, a CT insiste para que devam ser facilitados os canais de inversão de utilidades dos países petroleiros nos centros financeiros do mundo desenvolvido, ou seja, permitir que esses países acumulem seu capital na área ocidental.

A CT também dedicou seu tempo em avaliar a importância da produção de alimentos no Terceiro Mundo, não só para satisfazer suas próprias necessidades de alimentação mas,

também, como fonte de divisas. Com efeito, a Comissão encarregou uma subcomissão para tratar do consumo e produção de arroz no Sudeste Asiático, recomendando a imperiosa necessidade de aumentar o nível produzido. Uma redução de tarifas para importação, por parte do mundo desenvolvido teria sido de grande importância para os países exportadores de matérias-primas.

O aumento das exportações industriais da área ocidental para os países comunistas é visto, pela Trilateral, com grande otimismo. É uma realidade que os povos do Este não progrediram na taxa de crescimento de bens não militares "per capita", quando comparados aos países de economia capitalista e existem indícios, por parte de seus governantes, de que essa tendência seja revertida. Daí o alto grau das dívidas do este europeu para com o Ocidente. Estima-se que 70% dos créditos outorgados ao bloco comunista provêm dos grupos pertencentes à Trilateral. Tais créditos são facilitados para a aquisição de fábricas em funcionamento, computadores, sistemas eletrônicos, trigo, chassis e plataformas de uso tanto militar como civil, abonos, produtos petroquímicos etc.

A concepção trilateralista de eliminar progressivamente os nacionalismos (e, seguramente, as proteções tarifárias para as indústrias locais) visa a ampliar o mercado internacional para seus produtos, requerendo ele-

vados volumes de produção pela tecnologia que emprega. O objetivo, porém, não é apenas esse. As multinacionais do mundo desenvolvido procuram trasladar seus escritórios para países onde a mão-de-obra qualificada seja relativamente mais barata do que a do país de origem, exigindo seja ela disciplinada e não conflituosa. Assim, visa não somente a conseguir o mercado para seus produtos mas, também, poder exportar para seus próprios países.

INFLUÊNCIA NO ATUAL PROCESSO ECONÔMICO ARGENTINO

A Argentina se encontra, obviamente, dentro do mundo Sul. Tem sido exportadora de matérias-primas por muitos anos, cujos principais mercados se encontram no mundo Norte. Além disso, conta com uma grande riqueza em petróleo, ainda não explorada adequadamente, a qual, seguramente, continuará sendo um foco de atenção mundial para os países desenvolvidos e centros financeiros internacionais.

A partir desse ponto de vista, e se fossem seguidas as sinopses gerais da Trilateral, no que tange à sua concepção da divisão internacional do trabalho, o país deveria seguir como um forte produtor de alimentos e matérias-primas. A longo prazo, o petróleo também se constituiria em outro produto de interesse para o mundo desenvolvi-

do e não haveria forma de des-
cartar que aquele mundo ficasse
firmemente convencido da ne-
cessidade de não "perder o con-
trole" no manejo da produção e
estoque desse combustível.

Assim sendo, a Argentina,
na minha opinião, entraria den-
tro do esquema da CT, como um
dos países-chave para a provi-
são de matérias-primas.

Esse panorama, por certo,
não pode satisfazer a nenhum
argentino que deseja, fervorosamente,
que o país se converte,
algum dia, no que deve ser:
uma potência industrial-agropecuária.
Note-se que foi colocado
industrial em primeiro lugar,
porque esse setor gera mais
emprego em termos relativos e
ainda porque, com uma indústria
eficiente, o campo poderá crescer
muito mais, continuando a
contribuir com divisas para o
país. O Mundo continuará ne-
cessitando de alimentos e a Ar-
gentina poderá estar sempre
atenta a essa solicitação. No
entanto, tal fato não significa
que a indústria deva ocupar uma
posição menor. Apesar de sua
proteção, desmedida em alguns
subsetores, a indústria argentina
cresceu a partir da Segunda
Guerra Mundial, consolidando-
se na década de sessenta, so-
frendo uma grande queda como
resultado de uma política eco-
nômica de clara orientação trila-
teralista. Por outra parte, o
campo cresceu muito mais na
última década.

Contudo, a política econômica
seguida nos últimos anos
provocou certa recessão e um

atraso nos planos de desenvol-
vimento de indústrias básicas,
com exceção do pólo petroquí-
mico de Baía Blanca. Muitas
empresas pequenas e médias
tiveram que fechar suas portas,
sendo o capital recobrado e o
superfluo desviado para espe-
culação financeira, importação
ou, lamentavelmente, saída para
o exterior.

Da mesma forma, o setor
agropecuário, como se disse an-
teriormente, que cresceu substancialmente no fim da década
de setenta, encontrou cada vez
mais dificuldades na colocação
de seus excedentes nos merca-
dos tradicionais de alto nível de
consumo. Muitos deles, inclusi-
ve, começaram a conquistar os
mercados argentinos, especial-
mente os do Mercado Comum
Europeu, através de elevados
subsídios às exportações. Como
tais países dispõem de forte ca-
pacidade financeira, para a Ar-
gentina será muito difícil poder
competir.

As consequências sociais
dessa situação são bastante sé-
rias: a recessão industrial pro-
voca desemprego e, inclusive,
migração de mão-de-obra qualifi-
cada, a qual despende muitos
anos na educação e aprendizado
técnico. Por outro lado, é um
restilho de pólvora para tensões
sociais, em um povo altamente
politicizado, como o argentino.

O que chama a atenção no
caso, porém, é que o fechamen-
to dos mercados agropecuários
parecia contradizer as recomen-
dações formais da Trilateral, no
sentido de que os países desen-

voltados devem diminuir o protecionismo do setor agropecuário. No entanto, ao contrário, nos últimos tempos a proteção europeia — para citar o caso mais propagado — foi aumentada. Esse fato levaria à conclusão de que a CT pregou no deserto e que seus sócios não conseguiram, na prática, o que sustentavam em suas teorias.

Ao mesmo tempo, a redução de tarifas alfandegárias observada na Argentina, bem como uma taxa de câmbio real mais favorável às importações, permitiram que as indústrias estrangeiras de alta tecnologia e de grande poder financeiro conquistassem seu mercado. E certo que a competição externa pode atuar como estimulante para a absorção tecnológica, porém, à medida que se faça gradualmente e com incentivos baseados em objetivos preciosos.

Como impacto secundário da liquidação de uma indústria nacional — sempre dentro do esquema de distribuir a produção a empresas de alta tecnologia — parte do desemprego que se produz de mão-de-obra qualificada pode ser absorvida, a curto prazo, por aquelas subsidiárias de empresas estrangeiras que, devido ao seu maior desafogo financeiro, podem sobreviver à recessão. Pois bem, esse é outro objetivo da CT: conseguir mão-de-obra qualificada, relativamente submissa e, em termos relativos, mais barata que nos países das multinacionais. Claro, esse objetivo só pode ser cumprido naqueles países de

pouca consciência nacional, porém duvido que seja de aplicação na Argentina, numa perspectiva de longo prazo.

Os parágrafos anteriores não devem ser tomados como uma acusação formal a pessoas que passaram pelo governo argentino, pois, em minha opinião, é praticamente impossível provar fidedignamente os contatos que certa ou determinada pessoa possa ter com um organismo internacional, como o que aqui foi estudado. O autor não deseja produzir acusação gratuita, nem tampouco apoiar-se na teoria da conspiração, tão comum no povo argentino.

No entanto, não admite que a Argentina se omita de estar atenta aos estudos, conclusões e atitudes da Trilateral, devido à capacidade de ação com que conta e à sua aspiração final, tendente a debilitar as fronteiras nacionais.

CONCLUSÕES

A Guerra do Yom Kippur e o conseqüente embargo do petróleo afetou profundamente o Norte desenvolvido, descobrindo o "calcanhar de Aquiles" das economias mais avançadas.

A Comissão Trilateral aparece como uma resposta que, por suas características, supera os Organismos Internacionais e Empresas Transnacionais, criando as condições necessárias para evitar que o exemplo do Oriente Médio possa se

transladar a outras regiões do Sul.

A nova ordem econômico-política proposta pela Comissão Trilateral se baseia numa aproximação maior Este-Oeste, partindo de um melhor entendimento entre EUA, Japão e Europa Ocidental.

Em consequência, a ampliação comercial do Terceiro Mundo até o Este, como alternativa para superar o protecionismo dos países desenvolvidos, será condicionada pelo acionamento conjunto das potências ocidentais, interessadas em atrair os mercados da área comunista.

O desenvolvimento da ciência e da tecnologia nas grandes potências constitui um moderno instrumento de domínio político-econômico e militar, substituindo o sistema de dominação direta, traduzindo a característica mais visível do imperialismo do século passado. Entretanto, pode-se afirmar que a tecnologia que possuem os países desenvolvidos é empregada como um dos mais poderosos instrumentos de poder e pressão sobre os que carecem da mesma.

Não existem dúvidas de que a proposta trilateral é objetiva e pragmática, porém, nos resta saber se é honesta e viável.

Parece que uma interessada e setorial política de poder impedirá o idealismo cooperativo.

É possível que a aparição desse ente supra-estatal constitua o caminho à regionalização, ao continentalismo e à universalização do poder político su-

bordinado ao superpoder econômico.

É provável que os estados nacionais do Sul não aceitem resignadamente e se oponham ao destino a que são condenados por uma decisão externa, em nome da paz, da cooperação e do governo da interdependência.

Com a proposta trilateral perigam os fundamentos que distinguem os estados nacionais: sua autonomia política, seus conceitos de soberania, seus princípios de autodeterminação e não ingerência; ou melhor, o direito de forjar seu próprio destino.

A monstruosa dúvida externa que reprime os países subdesenvolvidos, particularmente a América Latina, põe em perigo a estabilidade do atual sistema financeiro internacional.

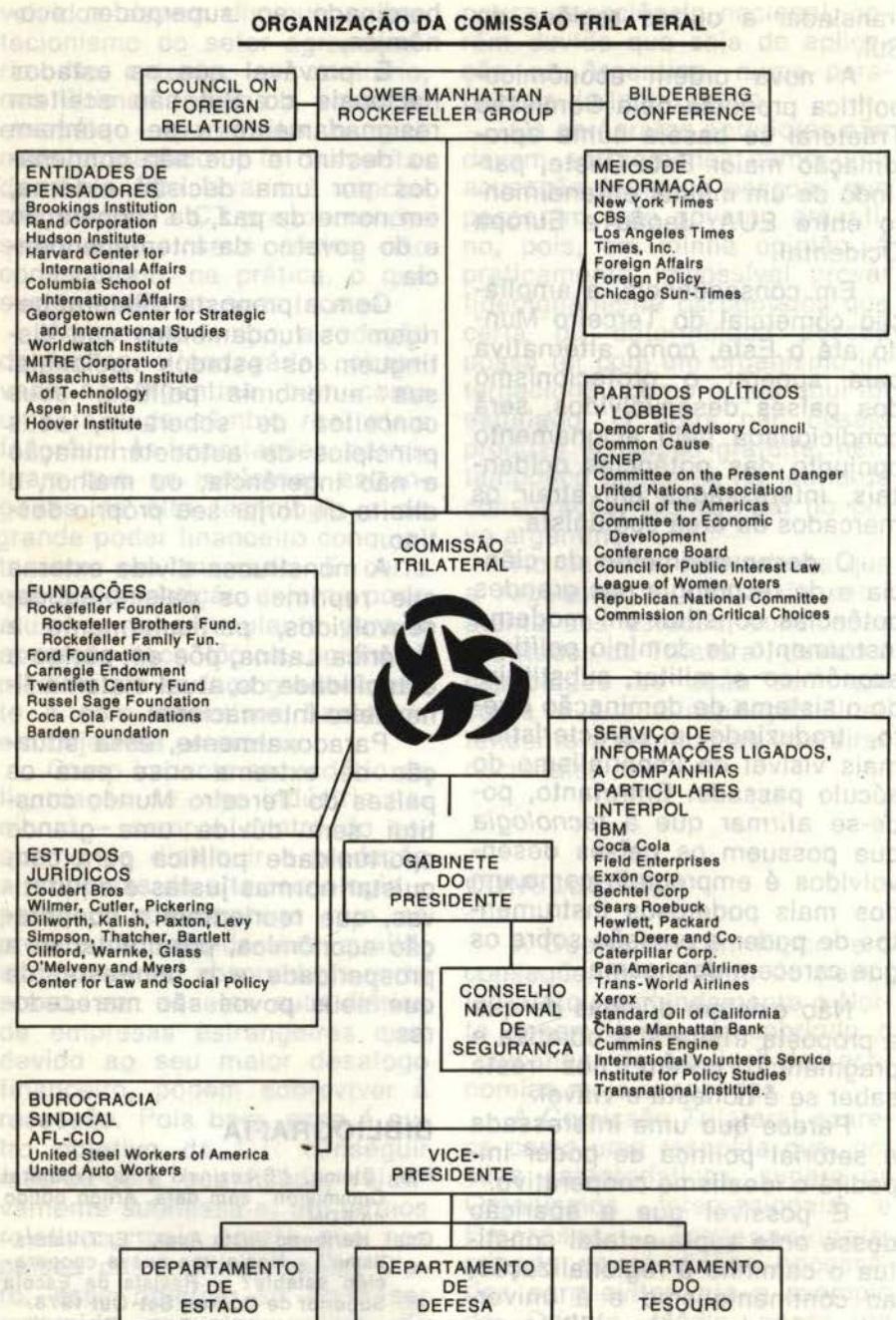
Paradoxalmente, essa situação de extrema crise para os países do Terceiro Mundo constitui sem dúvida uma grande oportunidade política para conquistar normas justas e equitativas, que reorientem a cooperação econômica, possibilitando a prosperidade e o bem-estar de que seus povos são merecedores.

BIBLIOGRAFIA

Harl Blume, "Brzezinski y la Trilateral Commision" sem data. Artigo obtido da EDN.

Cnel. Heriberto Justo Auel, "El Trilateralismo" ¿ Hacia una nueva cooperación estable? - Revista da Escola Superior de Guerra, Set-Out 1978.

Mario Blanco "Nuevo Orden Mundial" -



- Diario La Nación, 17/10/78. "Las Empresas Multinacionales" – Diario La Nación, 19/09/80.
- Enrique Gilardi Novaro "La Alianza Trilateral o la caducidad de los Estados-Nación" – Revista Estrategia – 1980.
- Piere de Villemarest, "Una comisión supranacional de corte socialista" – Revista Cabildo – 1980.
- Arnaud de Lassus, "La Trilateral se presenta a si misma" – Artigo obtido pela EDN – Sem data.
- Michel Creuzet, "La Trilateral" – Revista Cabildo – 1980.
- Henry Coston, "Misteriosa y Potente Sociedad" – Revista Cabildo – 1980.
- Diario Convicción, nota sobre a Trilateral, de 31/03/81.
- Francisco Pastrana, "Trilateralismo" – Editorial Cuatro Espadas, 1981.
- Cnel Juan José Masi, "El Reordenamiento del Poder Mundial y la Comisión Trilateral" – Revista Estratégia – 1981.
- Glycon de Paiva, "Avaliação do progresso do Brasil no vintenário revolucionário (1964-1983)" – Revista A Defesa Nacional – 1984.

7. "OPEP, o mundo trilateral e os países em desenvolvimento. Novos acordos de cooperação" (1975)
– Richard N. Gardner, B. J. Udink, Saburo Okita.
8. "A crise da democracia" (1975)
– Michel Crozier, Samuel P. Huntington, Joji Watanuki
9. "Um novo regime para os oceanos" (1976)
– Michael Hardy, Ann Hollick, Shigeru Oda.
10. "Buscando um novo regime para os mercados mundiais de cereais" (1976)
– Carl E. Beigie, Wolfgang Hager, Sueo Sekiguchi.
11. "A reforma das instituições internacionais" (1976)
– Fred Bergsten, Georges Berthoin, Kinhide Mushakoji.
12. "O problema das consultas internacionais" (1976)
– Egidio Ortona, Roberto Schaetzel, Nobuhiko Ushiba.
13. "A colaboração com os países comunistas na direção dos problemas mundiais: um exame das opções" (1977)
– Chihiro Hosoya, Henry Owen, Andrew Shonfield.
14. "Para um sistema internacional renovado" (1977)
– Richard N. Cooper, Karl Kaiser, Masataka Kosaka.
15. "Exame das relações Este-Oeste" (1977)
– Richard Lowenthal, Tohru Nakagawa, Jeremy Azrael.
16. "A produção de alimentos no mundo em desenvolvimento. O arroz no sudeste asiático" (1978)
– Toshio Shishido, Gale Jonson, Umberto Colombo.
17. "Energia: administrando a transição" (1978)
– John C. Sawhill, Keichi Oshima, Hanns Maull.
18. "Contratos coletivos de trabalho e participação obreira na Europa Ocidental, América do Norte e Japão" (1979)
– Benjamin C. Roberts, George Lodge, Hideaki Okamoto.
19. "Políticas Industriais e suas implicações na economia internacional" (1979)
– John Pinder, William Diebold, Takanashi Hosomi.
20. "Desajustes significativos na balança de pagamentos e a estabilidade financeira internacional" (1979)

PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES DA COMISSÃO TRILATERAL

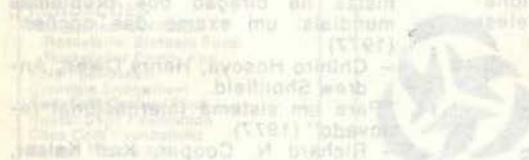
1. "Para um renovado sistema monetário mundial" (1973)
– Richard N. Cooper, Motto Kaju, Claudio Sagré.
2. "A crise da cooperação internacional" (1973)
– François Duchene, Kindide Mushakoji, Henry D. Owen.
3. "Um momento decisivo nas relações económicas entre Norte e Sul" (1974)
– Richard N. Gardner, Saburo Okita, B. H. Udink.
4. "Direções para o comércio mundial na década de 70" (1974)
– Guido Colonna Di Paliano, Philip H. Thezise, Nobuhiko Ushiba
5. "Energia: a urgência de sua consideração por parte da Trilateral" (1974)
– John C. Campbell, Guy de Carmany, Shinichi Kondo.
6. "Energia: uma estratégia para a ação internacional" (1974)
– John C. Campbell, Guy de Carmany, Shinichi Kondo.

- Massao Fujioka, Alexandre Lam-falussy, Bruce Mac Laury.
- 21. "Comércio de produtos manufaturados com países em desenvolvimento; reforço da Associação Norte-Sul" (1981)
 - Albert Fishlow, Sueo Sekiguchi, Jean Carriere.
- 22. "O Oriente Médio e os países trilaterais" (1981)
 - Garret Fitzgerald, Arrigo Levi, Hi-deo Kitahara, Joseph Sisco.

Em preparação:

- 23. "Problemas do mercado de trabalho e as políticas nas modernas sociedades trilateralistas; reduzir o desemprego e suavizar a adaptação"
 - Heinz Markmann, Richard Nelson, Tadashi Hanami.
- 24. "novas apreciações do desenvolvimento econômico mundial e suas implicações"
 - Miriam Campz, Ryokichi Hirono, Karsten Laursen.

ALFREDO ANTONIO ORTIZ é oficial do Exército Argentino. Diplomou-se pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército em 1986, dentro do programa de intercâmbio mantido entre os Exércitos do Brasil e da Argentina.



PRINCÍPIOS PÚBLICOS DA COMISSÃO TRILATERAL

1. A paz é um valor supremo para todos os povos.	2. A liberdade é o direito fundamental de todos os homens.	3. A justiça é a base da ordem social.	4. A democracia é o melhor sistema de governo.	5. A paz é a base da cooperação internacional.
6. A independência é o direito fundamental de todos os povos.	7. A soberania é o direito fundamental de todos os países.	8. A igualdade é o direito fundamental de todos os homens.	9. A fraternidade é o direito fundamental de todos os povos.	10. A solidariedade é o direito fundamental de todos os povos.
11. A paz é a base da cooperação internacional.	12. A liberdade é a base da cooperação internacional.	13. A justiça é a base da cooperação internacional.	14. A democracia é a base da cooperação internacional.	15. A paz é a base da cooperação internacional.
16. A independência é a base da cooperação internacional.	17. A soberania é a base da cooperação internacional.	18. A igualdade é a base da cooperação internacional.	19. A fraternidade é a base da cooperação internacional.	20. A solidariedade é a base da cooperação internacional.
21. A paz é a base da cooperação internacional.	22. A liberdade é a base da cooperação internacional.	23. A justiça é a base da cooperação internacional.	24. A democracia é a base da cooperação internacional.	25. A paz é a base da cooperação internacional.